

Boletim DEPE. Ano III. n.2 – Fevereiro 2018

1. Brasil: Nível de atividade

1.1. Comércio e Serviços

O comércio varejista avançou 0,7% no mês de novembro, na série livre de influências sazonais, mantendo estável o indicador da média móvel trimestral. Na comparação com novembro de 2016, no entanto, o varejo teve expansão de 5,9%, a oitava taxa positiva consecutiva nessa comparação. Entre janeiro e novembro, assim como nos últimos 12 meses acumulados, as vendas apresentam crescimento de 1,1%, mantendo trajetória de crescimento no contexto de lenta recuperação.

Os meses de final de ano costumam ter a influência de eventos específicos que dão uma contribuição adicional ao comércio. A Black Friday em novembro e o natal contribuem de maneira relevante para o aumento das vendas, sobretudo no cenário atual de queda acelerada da inflação, o que melhora a percepção de renda disponível por parte dos consumidores. Entre os grupos com maior destaque, na série ajustada sazonalmente, estão outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,0%) e Móveis e eletrodomésticos (6,1%), setores com presença importante nas vendas pela internet.

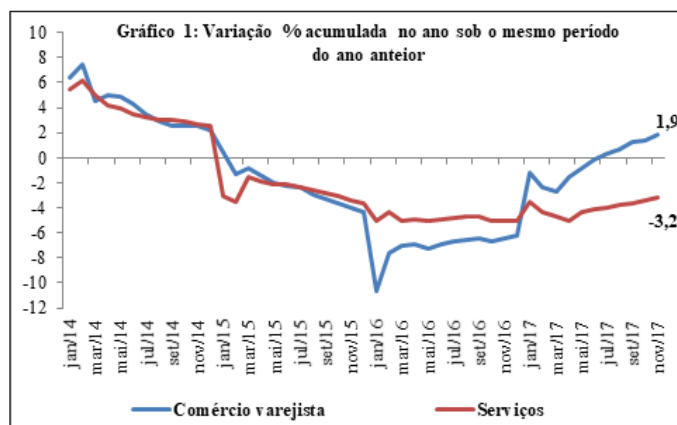
Finalizados esses eventos, porém, não há razões objetivas que levem a acreditar numa retomada vigorosa do consumo, pois a taxa de desemprego continua em patamares elevados e os postos gerados recentemente, por sua vez, são informais e de menor remuneração. A queda da inflação, contudo, além da safra recorde que contribuiu para redução dos preços dos alimentos, teve influência decisiva do elevado desemprego.

Já o comércio ampliado, que inclui atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, avançou 2,5% na margem e 8,7% na comparação interanual. No ano, o varejo ampliado acumula alta de 3,7% e 2,6% em 12 meses. Nesse caso, material de construção deu a maior contribuição, com alta de 9,2% no ano, mas sob uma base comparação muito baixa. É preciso destacar, todavia, que os efeitos da Operação Lava-Jato sobre a construção civil ainda se fazem sentir.

Serviços

O setor de serviços cresceu 1,0% em novembro na série com ajuste, mas voltou a recuar na comparação com o mesmo mês de 2016. Dessa forma, no ano, a taxa ficou em - 3,2% (Gráfico 1) e, em 12 meses, acumula queda de 3,4%, o que corrobora as análises anteriores sobre a volatilidade do nível de atividade ao longo de 2017. Os serviços prestados às famílias tiveram resultado positivo, na margem e na comparação interanual (+ 0,9% e 1,4% respectivamente). Os serviços de transporte também estão em patamar positivo (+ 6,5% sem ajuste), puxado pelos saldos expressivos da balança comercial.

Com forte correlação junto ao PIB industrial, os serviços, de modo geral, seguem em patamar negativo. A desconfiança com relação ao cenário econômico de 2018 mantém os investidores longe do chão da fábrica, produzindo movimentos especulativos no mercado de capitais que, por sua vez, aposta contra um projeto desenvolvimentista. Dependente da renda dos consumidores ainda desempregados ou temerosos quanto ao futuro, os serviços estão longe de perceber a “recuperação” vendida pelo governo e parte da imprensa especializada, o que, na prática, tende a atrasar ainda mais a retomada.



Fonte: IBGE

1.2. Indústria

Em dezembro, a produção física industrial teve uma forte alta de 2,8% contra somente 0,3% no mês anterior, na série livre de influências sazonais. Assim, o crescimento no último trimestre de 2017

acelerou para 1,9% de 1,3% no trimestre anterior. No 4T16, era observada uma retração de 0,7%. Dessa forma, no acumulado do ano, a produção industrial apresentou uma alta de 2,5% contra queda de 6,4% em 2016. Essa é a primeira elevação após três anos de contração. O resultado do ano foi beneficiado, principalmente, pela recuperação na produção dos bens de consumo duráveis (13,3%), mais especificamente, do setor automotivo que cresceu 24,6% em 2017, segundo os dados da ANFAVEA. Ainda na mesma base de comparação, o grupo dos bens de consumo semi e não duráveis cresceu apenas 1,0% e os intermediários teve uma elevação de 1,6%. Já a produção dos bens de capital fechou o ano com um crescimento mais intenso (6,0%), alavancado pela produção de equipamentos de transporte industrial, que teve alta de 7,9% no acumulado de 2017.

Ainda com relação ao desempenho do setor automotivo, o crescimento da produção no setor esteve muito ligado à safra recorde de 2017, o que levou ao aumento da demanda por máquinas agrícolas, por exemplo, e às exportações de veículos que cresceram 46,5% a.a. no acumulado em 12 meses e já representa 28,9% do total produzido no ano, também segundo os dados da ANFAVEA.

Outro ponto que deve ser relativizado no crescimento do setor é a questão da baixa base de comparação. Apesar do forte crescimento no ano, a produção de veículos acumulada em 2017 foi de 2,75 milhões de unidades, voltando para próximo do nível observado em 2007 quando a produção total foi de 2,89 milhões de unidades.

1.3. Mercado de Trabalho

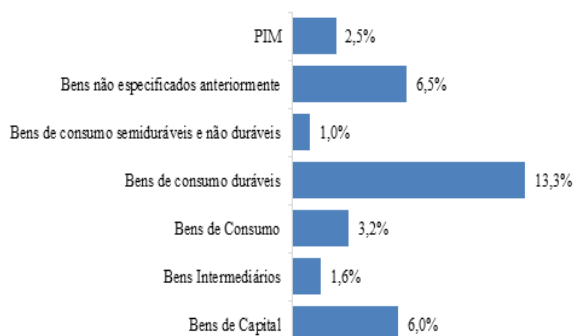
Ao longo de 2017, após três meses de resultados negativos no saldo de empregos formais, houve uma sequência de sete meses com resultado positivo, que foi revertida novamente nos meses de novembro e dezembro, fazendo com que o saldo do ano de 2017 fechasse com -20,8 mil postos de trabalho. Tal resultado quando, comparado ao observado nos anos de 2016 (-1,3 milhão) e 2015 (-1,5 milhão), demonstram uma queda substancial na eliminação de postos de trabalho formais, portanto, é comemorada pelo Governo que considera que houve uma reversão da tendência de retração do mercado. Entretanto, ao compararmos com o ano de 2014, quando foram criados cerca de 420,6 mil novos postos de trabalho ou mesmo 2013 (+1,1 milhão), de imediato, percebemos que pouco temos a celebrar.

Ao considerarmos o desempenho isolado do mês de dezembro de 2017, com saldo negativo de 328,5 mil postos de trabalho, resultado de 910,5 mil admissões e 1,2 milhão desligamentos, devemos observar que historicamente dezembro apresenta saldos negativos, desde 2002. Esse movimento ocorre, entre outras razões, pelas categorias que aguardam o fim do ano para mudar de emprego ou mesmo se aposentar.

Setorialmente, cabe ressaltar que alguns segmentos fecharam o ano com performance positiva, são eles: Comércio + 40 mil, Agropecuária + 37 mil e Serviços + 36,9 mil. Do outro lado, Construção Civil -103,9 mil e Indústria de Transformação -19,9 mil.

Destaca-se ainda que dentre os últimos dados divulgados pelo CAGED (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados), já podem ser observados as primeiras repercussões da reforma trabalhista, registradas ao longo de novembro e dezembro de 2017. No total, já foram celebradas cerca de 6,7 mil demissões por acordo entre empregado e empregador, apenas em dois meses. Se observarmos por segmento econômico, teremos o seguinte cenário Serviços – 3,3 mil, Comércio -1,5 mil e Indústria da transformação -1 mil. Importante registrar que estes desligamentos ocorreram predominantemente nos Estados de São Paulo 29,7%, Paraná 10,7% e Rio Grande do Sul 9,5%, estados com mão-de-obra mais qualificada e remunerações mais elevadas.

Gráfico 2: Produção Industrial-Var. % acumulada no ano
Por categoria de uso



Fonte: IBGE

No que tange ao perfil do trabalhador que aderiu ao desligamento consentido, podemos observar que é predominantemente masculino, na faixa etária dos 29-49 anos e com menor grau de escolaridade. Já no que se refere ao contrato de trabalho intermitente, foram admitidos 5,9 mil e demitidos 330 trabalhadores. No que tange ao perfil do trabalhador intermitente, verificamos que é predominantemente feminino, na faixa etária de até 29 anos e com até o segundo grau completo. Observamos, portanto, um público mais jovem sendo contratado nesta nova modalidade, exatamente o grupo que sente mais os efeitos da inserção no mercado trabalho, seja pela pouca qualificação ou experiência profissional.

Em relação aos contratados sob o regime de trabalho parcial, observamos um perfil muito próximo daquele do trabalhador intermitente, ou seja, predominantemente feminino, de até 29 anos e com até o 2º grau de instrução. Como era salientado pelos especialistas, os trabalhadores mais pobres tendem a ser os mais prejudicados pela “flexibilização” da legislação trabalhista.

Por fim, a taxa de desemprego medida pela PNDA continua fechou em 12,7% na média do ano (Gráfico 3), acima da taxa de 2016 (11,5%) e a maior da série histórica, sendo que no último trimestre atingiu 11,8%. De acordo com o IBGE, entre 2014 e 2017 a média anual da população desocupada passou de 6,7 milhões para 13,2 milhões sendo que, no mesmo período, o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 3,3 milhões, enquanto sem carteira assinada aumentou 330 mil.



Fonte: IBGE

Assim, pode-se dizer que a marca da “recuperação” do mercado de trabalho nos últimos meses é a informalidade, que traz menor remuneração, menor estabilidade e menos proteção social o que, por sua vez, contribui para deterioração das contas públicas e da previdência social. O rendimento médio, contudo, tem se elevado, mas mais em função da queda acelerada da inflação do que por reajustes salariais.

1.4. Inflação

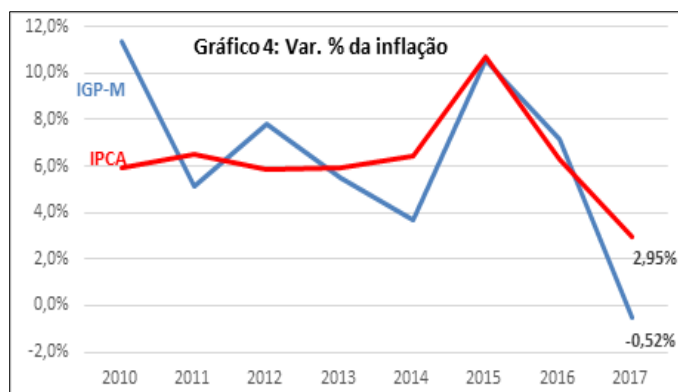
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,4% em dezembro de 2017 contra variação de 0,28% registrado no mês imediatamente anterior e encerra o ano com alta de 2,95% (Gráfico 4) - abaixo do piso da meta de inflação (3%). A queda do IPCA no ano resulta de uma recessão seguida de uma recuperação ainda lenta, aliada a uma taxa de desemprego ainda elevada (12,7%). Soma-se a isso, queda do consumo das famílias, elevado nível de endividamento da população, e o recorde registrado da safra, que contribuiu decisivamente com a queda dos preços agrícolas.

O índice baixo explica a política monetária de queda da taxa de juros pela décima vez consecutiva, registrando em dezembro corte de 0,5 p.p e taxa de 7% ao ano – o menor nível desde 1986. No entanto, é preciso destacar, mais uma vez, a persistência das elevadas taxas de juros reais que se mantiveram pouco alteradas ao longo do ciclo recessivo (ao redor de 5% a.a.).

Entre os setores que mais contribuíram para o resultado do índice na comparação mensal, um pouco mais enaltecido, foi o setor de Alimentos e bebidas que obteve aceleração de 0,54% ante uma queda de 0,38% registrado no mês anterior, resultado do crescimento de preços das carnes, (1,67%), das frutas (1,33%), do tomate (1,58%), do óleo de soja (1,87%) e do pão francês (0,67%) e o setor de transportes com alta de 1,23% no mês contra 0,52% registrado no mês anterior devido à alta de preços das passagens aéreas, registrando aumento 0,09 p.p, índice de 22,28% e com o preço da gasolina que continua elevado registrando no mês um índice de 2,26% e uma baixa de 0,6 p.p. O grupo que se destacou em alta na comparação anual é o setor de Habitação, que obteve crescimento de 6,26% contra 2,85% registrado no ano de 2016 e em seguida, com a maior impacto

negativo, o grupo de alimentos e bebidas que registrou queda de 1,87% contra 8,62% no ano anterior.

O índice Geral de preços – Mercado (IGP-M) obteve aumento de 0,89% em dezembro contra + 0,52% registrado no mês anterior devido ao expressivo aumento do IPA, com peso de 60% no índice, que obteve acréscimo de 1,24% em dezembro contra 0,66% apontado no mês imediatamente anterior – elevação decorrente da alta de 0,61% dos produtos agropecuários e 0,68% dos produtos industriais. No ano passado, o principal índice de reajuste dos aluguéis registrou deflação de 0,52%, a segunda na história.



Fonte: IBGE e FGV

2. Contas Públicas

O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) encerrou o ano de 2017 com déficit primário de R\$ 124,4 bilhões, um resultado melhor em relação a 2016 (R\$ 161,3 bilhões) e R\$34,6 bilhões abaixo da meta autorizada para o ano. O valor foi o segundo pior da série histórica, além de completar o quarto ano seguido de déficit nas contas públicas (Gráfico 5). As receitas totais tiveram acréscimo de 1,6% no ano em termos reais, enquanto as despesas totais registram queda de 1% no mesmo período, em grande medida, em função do contingenciamento nas despesas discricionárias para adequação à regra do teto de gastos.

A melhora no resultado do ano foi influenciada por receitas não recorrentes tais como, R\$ 26 bilhões dos contribuintes que aderiram ao Refis (programa de parcelamento de débitos tributários), R\$ 12,1 bilhões (+ 49,7%) na Cota-Parte de Compensações Financeiras devido, principalmente ao aumento na

produção de petróleo e no preço internacional deste (+ 25% no Brent), além da devolução de precatórios (R\$ 11 bilhões) e recebimento de R\$ 12,9 bilhões relativos à concessões de energia elétrica. Em síntese, o baixo dinamismo da atividade econômica não conseguiu devolver o vigor da capacidade arrecadatória, relegando a eventos esporádicos o equilíbrio das contas públicas.

Do lado das despesas discricionárias, aquelas que podem ser cortadas pela vontade da caneta presidencial, os investimentos públicos seguem sendo os principais prejudicados. Em 2017, o principal motor da recuperação em face da ausência de expectativas no setor privado, o investimento público totalizou R\$ 46,2 bilhões (0,7% do PIB), nível inferior ao observado em 2006, ou seja, há mais de uma década. A tese embutida no ajuste fiscal, a da “contração fiscal expansionista”, tem mostrado resultados cada vez mais distantes do idealizado no início da recessão, isto é, pode-se concluir que o corte recorrente de despesas produziu um efeito pró-cíclico em meio a uma das maiores crises da história.

É preciso lembrar ainda que, há alguns anos no Brasil, avolumavam-se as críticas dos especialistas em contas públicas, sobretudo os ligados ao mercado financeiro, sobre os superávits primários, de acordo com eles, “insuficientes” para estabilizar a relação dívida/PIB. Hoje, com o país entrando no quinto ano consecutivo de déficit, muitos enxergam “melhora” da confiança e descolamento da política em relação à economia, traduzida na curva de juros longos. O que importa destacar aqui, todavia, é a súbita mudança do grau de preocupação com o resultado primário, transferido para o déficit da previdência (que sempre houve) e sua iminente mudança de regras.

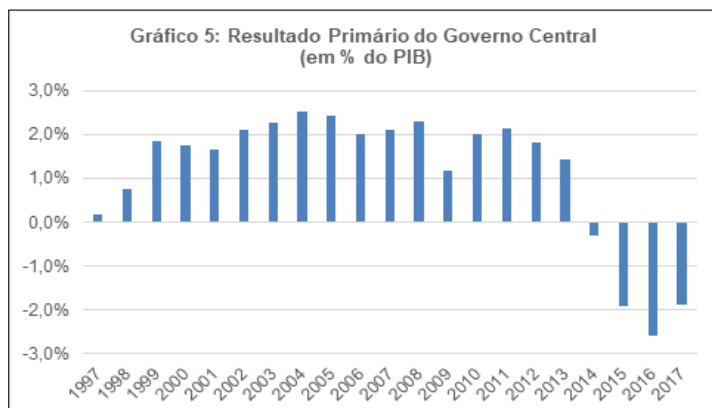
Reforma da Previdência

O governo entrou em 2018 com chances menores que antes para aprovação da polêmica reforma. Em primeiro lugar, o capital político do executivo tem se reduzido, com poucos recursos para barganhar votos, haja vista o recente episódio de indicação da deputada federal Cristiane Brasil para o ministério do trabalho e emprego. Imposta pelo presidente do PTB em troca de apoio na votação, Temer se viu em saia justa ao indicar uma ministra com problemas judiciais exatamente na área em que vai administrar, além do seu comportamento nada discreto nas redes sociais. Por outro lado, as inúmeras críticas aos privilégios e benefícios de

demais categorias dos três poderes lança ainda mais dúvidas sobre a PEC 287, ou seja, as pesquisas têm mostrado que a população está pouco confiante com a ideia de isonomia da reforma.

Por fim, cabe destacar que além da desconfiança em relação às mudanças nas regras previdenciárias, a maquiagem contábil dos órgãos oficiais para chamar de déficit o desequilíbrio do RGPS, sem levar em consideração o orçamento total da Seguridade Social, parece ser o maior problema para ganhar a confiança da sociedade. Como já destacamos aqui neste espaço, a ideia de déficit da previdência não é algo tão simples como governo e mercado tratam, mas envolve questões legais e dotações orçamentárias específicas que não possuem relação alguma com os números apresentados para justificar a reforma.

Ainda, o RPPS, que inclui apenas os servidores públicos, possui déficit próximo ao do RGPS, mas com uma quantidade de beneficiários muitas vezes inferior. Isso por si só abriria espaço para desmembrar a proposta, caso o objetivo fosse justiça social.



Fonte: STN

3. Política Monetária

O mês de janeiro foi intenso na economia e política do país, indicando a tônica do ano. Resumidamente, tivemos a carta do Banco Central (BCB) a respeito dos motivos do estouro da Meta de Inflação de 2017 e a agência de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixando a nota de crédito da dívida soberana do Brasil. A decisão por parte dos desembargadores do Tribunal Regional Federal TRF-4 referendando e aumentando a pena do ex-presidente Lula e a participação do Brasil na

reunião anual de Davos considerada inexpressiva como há muito não se via no encontro.

Porém, como ocorreu ao longo do ano de 2017, os agentes de mercado adotaram em suas estratégias uma posição ambígua com relação aos eventos econômicos. Sobre tudo a partir da confirmação da condenação do ex presidente Lula, toda a curva de juros futura recua, além de ganhos expressivos no mercado bursátil. Contrariando os fundamentos econômicos de curto prazo indicados pela agência e a realidade econômica do país.

No início de fevereiro (06 e 07) ocorrerá a primeira reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do ano, onde existe uma expectativa de nova redução da meta da taxa Selic e que deve indicar a posição do comitê ao longo do ano. Todo esse movimento por parte dos agentes de mercado e do grande capital, apenas explicita a busca de um candidato viável eleitoralmente e alinhado com as reformas, sobretudo da previdência e que concretize um pacote de privatização ousado.

Por fim, o saldo do crédito no sistema financeiro nacional fechou 2017 em 47,1%, abaixo do verificado em dez/16 que foi de 49,6% em um ano que já apresentou uma queda acentuada no setor. O segmento de pessoa jurídica foi o que mais sofreu em 2017 com uma retração de 7% no saldo do crédito do sistema financeiro. Já o saldo para pessoa física ocorreu um crescimento de 5,6% no ano. Esse cenário pode indicar que a recuperação da economia não seja tão segura e pujante quanto indicam as projeções dos analistas de mercado.

4. Contas Externas

O saldo da balança comercial divulgado pelo MDIC, apresentou superávit relativamente menor em Jan/2018 quando o comparamos ao resultado dos meses anteriores. As exportações fecharam o mês com saldo de US\$ 16,9 bi, número 3,57% inferior ao saldo de dez/2017, que fechou em US\$ 17,5 bi. As importações apresentaram um saldo mensal de US\$ 14,1 bi, número 12,72% maior que o saldo de dez, período no qual fechou em US\$ 12,7 bi. Este desempenho justifica o saldo (Exportações – Importações) relativamente menor, pois houve um decréscimo de 44,61%. O saldo deste mês fechou em US\$ 2,7 bi, ante 4,99 de dez/17, ainda sim o segundo melhor janeiro da história.

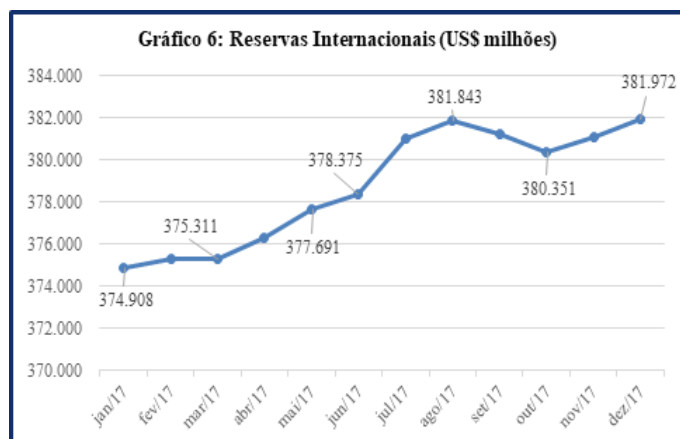
O saldo da conta corrente (balança comercial + serviços e rendas) de dez/17 fechou com déficit de US\$ 4,3 bi, ante US\$ 5,8 no mesmo período do ano anterior. Considerando o resultado anual, houve um déficit de US\$ 9,7 bi, o que representa 0,48% do PIB. Quanto às reservas internacionais, estas totalizaram US\$ 381,9 bilhões no fechamento de dez/17. Ao analisarmos os dados de jan/17 (que fechou com saldo de US\$ 374,9 bi) em diante, identificamos uma trajetória crescente, salvo no período de ago/17 (US\$ 381,8 bi) à out/17 (US\$ 380,3 bi), que houve um pequeno decréscimo.

Um ponto de fundamental importância e que devemos considerar em nossa análise diz respeito ao custo de carregamento das reservas internacionais, pois se for negligenciado, pode significar um custo oneroso a tal ponto, que pode ser maior que a rentabilidade das reservas. Por fim, deve-se sim ter reservas e mantê-las, mas o ponto de observação se dá no momento que devemos encontrar um ponto no qual a manutenção dessas não sejam mais um problema em nossas contas.

propondo a repatriação do capital, tal como a Apple, que teria anunciado a intenção de injetar no mercado interno US\$ 38 bilhões.

Por outro lado, Índia e a China é que seriam os grandes líderes do crescimento econômico mundial. Essas economias deverão crescer 7% e 6,6%, respectivamente, entre 2018 e 2019. De todo modo, o discurso pouco animador do presidente americano, levou os países integrantes do NAFTA e UE a manifestarem a intenção de adotar sanções para o comércio com o Estados Unidos, caso o protecionismo do “América First” ameace suas economias.

No Reino Unido, uma possível retração econômica de 8% nos próximos 15 anos, levou o primeiro ministro a considerar a possibilidade de revogação do “Brexit”, uma vez que a saída britânica ainda não foi efetivada. O impasse está nas condições necessárias para o país estabelecer relações comerciais com a União Europeia.



Fonte: BCB

5. Internacional

Entre os principais pontos abordados ao término do Fórum Econômico Mundial, em Davos, destaca-se a projeção de crescimento da economia mundial, em 3,9% para o período de 2018 e 2019, realizada pelo FMI. Segundo o Fundo, essa projeção leva em conta a expectativa de aumento das transações comerciais e novos acordos multilaterais, que deverão advir da política norte americana que reduz a carga de impostos sobre o faturamento das empresas proporcionando aumento dos lucros e dos investimentos. No entanto, como efeito dessa política as grandes corporações do país vêm

Espaço Opinião*

A expansão chinesa e o Brasil

Antonio Corrêa de Lacerda**

A extraordinária expansão internacional chinesa representa desafios e oportunidades para as economias nacionais. Do alto de suas reservas cambiais atualmente de US\$ 3,1 trilhões, a China vem conduzindo sua internacionalização. Os chineses vêm realizando investimentos e adquirindo ativos mundo afora, especialmente na África e América Latina, com o objetivo principal de suprir sua insuficiência, hídrica, alimentícia e energética, além de abrir mercados para suas empresas. Somente em 2017, a China investiu US\$ 120 bilhões externamente, dos quais US\$ 20 bilhões no Brasil, nos mais diferentes segmentos, desde infraestrutura, até comércio e serviços. Somos o segundo maior destino dos investimentos chineses, somente superado pelos EUA.

O debate sobre os impactos dos investimentos estrangeiros nas economias hospedeiras é amplo na literatura internacional. O primeiro aspecto a ser destacado é que os benefícios dos investimentos externos não são automáticos. Dependem das políticas econômicas e da regulação dos países receptores

Um segundo aspecto importante é que em nenhuma experiência conhecida, mesmo nos países maiores receptores de investimentos estrangeiros ele se torna predominante. Raramente atingem mais de 15% da formação bruta de capital fixo, o total de investimentos, em infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva das empresas, construção civil e máquinas e equipamentos. Assim, é crucial destacar que o papel dinâmico dos investimentos, base para a sustentação do crescimento econômico da imensa maioria dos países, é exercido pelo investimento local, que responde, em média, por cerca de 85% do total realizado. Apesar da chamada globalização, no quesito investimento a parcela predominante é doméstica!

Há outros aspectos relevantes envolvendo a questão dos investimentos diretos estrangeiros e o desenvolvimento dos países. Há externalidades relevantes, impactando o padrão de produção, comércio exterior e tecnologia dos países. Observa-se ainda uma interconexão crescente entre investimento, exportações e inovações na economia mundial. A integração às grandes cadeias produtivas globais, imprescindível para uma inserção externa ativa dos países em desenvolvimento, se dá, em grande medida, pelo papel desempenhado pelas filiais das grandes empresas globais.

Daí a importância, considerando os aspectos apontados, da estratégia de inserção externa brasileira, especialmente considerando o recente protagonismo dos investimentos chineses, com destaque para os seguintes pontos:

- 1) A sustentabilidade intertemporal do balanço de pagamentos. Dado o compromisso de remuneração futura dos sócios estrangeiros, em dólares, via transferências de lucros e dividendos, é necessário gerar receitas na mesma moeda. O problema é que há uma predominância dos investimentos em setores voltados para o mercado doméstico e que, portanto, não geram receitas em dólares;
- 2) Desnacionalizar a gestão e controle de empresas locais significa mudar o seu centro de decisão para o exterior, o que diminui o grau de influência local. Isso é crítico, especialmente quando se trata de setores estratégicos para o desenvolvimento local. Daí a relevância de fortalecer a regulação, controle,

fiscalização e supervisão destas atividades, sob o risco de se criar restrições ao desempenho de toda a economia;

3) Também se torna fundamental estabelecer um projeto de desenvolvimento que explicita o papel desejado dos investimentos; que setores e necessidades devam ser priorizados e quais as políticas para atraí-los, mantê-los e gerar um mínimo de compromisso com os objetivos locais;

4) Estimular atividades que, para além da produção e exportação de commodities promovam uma maior agregação de valor, de forma a viabilizar geração de renda, tributos, empregos e tecnologia.

****professor-doutor e diretor da FEA-PUCSP, coordenador do DEPE, é coautor, entre outros livros, de “Economia Brasileira” (Saraiva).**

**os artigos desta seção visam a estimular o debate e não representam, necessariamente, a visão da equipe de redação.*

Expediente

Boletim DEPE, Ano III, n.2.

Editor responsável: Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. da PUCSP

Equipe de redação:

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Beliza Alpe, graduanda em economia pela PUC-SP.

Luiz Ricardo, economista e mestrando em economia política pela PUC-SP.

Marcos Henrique do E. Santo, economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP e doutorando em História Econômica – USP
(Coordenador).

Marcelo Eisenhower Farias, economista, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP.

Nathalia Rocha, graduanda em economia pela PUC-SP.

Raquel Rodrigues, economista e mestre em economia política pela PUC-SP.

Tiago Antônio de Oliveira, economista e mestre em economia política pela PUC-SP.

Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP)

Rua Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516 Site www.pucsp.br/ecopol E mail ecopol@pucsp.br

Edição elaborada com informações disponíveis até 04/02/2018.